

O PRIVADO NO PÚBLICO: A FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA COM O SISTEMA PRIVADO DE ENSINO

GARCIA, Vanessa Purificação
vanessa.purificacao.garcia@gmail.com
55 16 92631487

SILVA, Mariana Carvalho
mariana_carvalho_silva@hotmail.com
55 16 8139 9179

TELLES, Adriana Sina
adriana.sina@hotmail.com

Nome da Instituição: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto/SP (Brasil)
Abril de 2011

Resumo

Este trabalho integra os estudos realizados pelo Grupo de Estudo e Pesquisas em Políticas Educacionais – GREPPE (UNICAMP, UNESP, USP) sobre parcerias entre os setores público e privado para oferta educacional. Mais especificamente, neste texto discutimos aspectos relativos ao emprego de sistemas de ensino privados em escolas públicas municipais paulistas, no âmbito da pesquisa “As Parcerias Público-Privadas para a compra de Sistemas de Ensino: análise das consequências para a organização do trabalho na escola” (GARCIA, et al, 2009), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico -CNPq. A parceria para compra do sistema de ensino privado, além do material fornecido a alunos e professores, implica formação docente, acompanhamento pedagógico online e presencial, avaliação do trabalho com o material e avaliação do desempenho discente. Discutimos os espaços de formação docente ocupados pela instituição privada em dois municípios paulistas que firmaram parcerias com a mesma empresa, embora um deles a tenha rompido em 2008. Foram utilizadas como fontes de informação entrevistas com professores e equipe gestora, observação das reuniões de formação e análise de documentos em duas escolas, cada uma delas pertencentes a uma rede municipal de ensino. Os dados indicam que o setor privado ocupa espaço relevante no processo de formação continuada dos profissionais de educação, o que pode implicar uma preocupante cessão de responsabilidades, por parte do poder público, para o mercado em relação à formação do profissional da escola

pública. Verifica-se também que, embora as práticas da instituição privada sejam semelhantes nas duas escolas, as percepções docentes são diferenciadas.

Palavras-chave: parceria público-privado – sistema privado de ensino – formação docente

O PRIVADO NO PÚBLICO: A FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA COM O SISTEMA PRIVADO DE ENSINO

GARCIA, Vanessa Purificação
vanessa.purificacao.garcia@gmail.com

SILVA, Mariana Carvalho
mariana_carvalho_silva@hotmail.com

TELLES, Adriana Sina
adriana.sina@hotmail.com

Nome da Instituição: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto/SP (Brasil)
Abril de 2011

Palavras-chave: parceria público-privado – sistema privado de ensino – formação docente

Introdução

Este trabalho integra os estudos realizados pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Educacionais – GREPPE (UNICAMP, UNESP, USP) sobre parcerias entre os setores público e privado para oferta educacional. Mais especificamente, neste texto discutimos aspectos relativos ao emprego de sistemas de ensino privado em escolas públicas municipais paulistas, no âmbito da pesquisa “As Parcerias Público-Privadas para a compra de Sistemas de Ensino: análise das consequências para a organização do trabalho na escola” (GARCIA, et al., 2009), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – CNPq, em fase de coleta e análise de dados.

Os dois municípios¹ pesquisados firmaram parceria com o Colégio Osvaldo Cruz, COC, que mantinha um segmento destinado a atender às redes públicas municipais de ensino - Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino, vinculado à editora da empresa. O NAME oferece um sistema de ensino que inclui materiais didáticos, assessoria pedagógica, formação docente e acesso a portais com conteúdos escolares. Todo este serviço é destinado a secretarias municipais de educação².

¹ Os nomes dos municípios, bem como os de suas escolas e profissionais foram preservados.

² Para maiores informações consulte CAIN, 2010; BEZERRA, 2008; ADRIÃO et al., 2009; GARCIA et al., 2009.

As parcerias entre o setor privado e o poder público para a consecução da oferta do ensino fundamental têm se mostrado uma forte tendência no estado de São Paulo (ADRIÃO, et al., 2009b). Na pesquisa anterior desenvolvida pelo GREPPE, “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise das parcerias público privado” foi realizado o seguinte levantamento:

Municípios paulistas que declaram ter adquirido algum sistema apostilado de ensino no período de 1994 a 2007.

Município/porte	Número total de municípios: estado de São Paulo	Total de municípios que declaram adotar algum “sistema de ensino”
Municípios muito pequenos: até 10.000 mil habitantes	295	79
Municípios pequenos: de 10.001 a 50.000 habitantes	234	71
Municípios médios: de 50.001 a 100.000 habitantes	54	05
Municípios grandes: de 100.001 a 500.000 habitantes	54	06
Municípios muito grandes: mais de 501.000 habitantes	8	--
Total:	645	161

Fonte: Banco de Dados Parcerias Público-Privadas-GREPPE

Os municípios que comparamos neste trabalho se enquadram na categoria “pequenos”, com populações que não ultrapassam a 50 mil habitantes (IBGE). Porém, enquanto o município A mantém a parceria há 5 anos, o município B, em 2008, optou pela não renovação do contrato com a empresa, contrariando a tendência expressa no quadro acima e nos permitindo estabelecer relações entre a forma como se dava a formação continuada (com o sistema de ensino) e como esta se dá hoje, uma vez que agora os espaços de formação são organizados conforme as orientações do próprio Ministério da Educação e do Governo do Estado de São Paulo. A fim de melhor compreender estas dinâmicas, organizamos a discussão em quatro partes principais: na primeira abordamos a docência e suas relações com a formação continuada, na segunda e terceira parte caracterizamos, respectivamente, os municípios A e B, já estabelecendo relações entre eles. Por fim são feitas algumas considerações acerca do processo de formação observado.

1. Docência e formação continuada

Antes de olhar para a escola como um espaço de formação docente, precisamos entender a importância e a especificidade do trabalho pedagógico. De acordo com Paro (2010), o papel principal do professor é o de propiciar condições para que o educando se transforme e produza a sua própria personalidade considerando a cultura em que está inserido. Antonio Cândido, ainda, alerta para a necessidade de se compreender a estrutura da escola em sua dupla dimensão (administrativa e social) para que o trabalho docente se dê de forma efetiva. Nas palavras do autor:

Se há uma organização administrativa igual para todas as escolas de determinado tipo, pode-se dizer que cada uma delas é diferente da outra, por apresentar características devidas à sua sociabilidade própria. (CÂNDIDO, 1964, p.107)

Nesta perspectiva, seria impossível educar com uma prática, que organize o ensino de forma idêntica em todas as escolas e salas de aula. Consoantes com estas compreensões acreditamos que a formação continuada do educador se apresenta como imprescindível para a (re)construção de suas práticas e concepções acerca da educação, visto que os problemas e necessidades de cada escola e sala de aula são peculiares, bem como a própria mediação e interação docente para com estes, embora o direito à educação seja universal.

Transpondo a questão para os amparos legais, a legislação Brasileira estabelece como princípios do ensino o "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e gestão democrática do ensino público" (BRASIL,CF/88, art.206). Um dos principais espaços destinados à vivência do "pluralismo de ideias e concepções", em que o trabalho docente deve ser discutido e (re)criado coletivamente é constituído pela possibilidade de dialogar com seus pares. Nos municípios pesquisados este espaço é previsto na jornada de trabalho docente, denominado por Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo,ou HTPC, a qual será discutido ao longo deste trabalho.

2. Município A

O município A se localiza no interior do Estado de São Paulo, sua população é aproximadamente de 23 mil habitantes, segundo o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Este município atende a toda a educação básica desde 2003, sua rede é formada por 10 escolas da Educação Básica e três creches. Atende da Educação Infantil até o

Ensino Fundamental II, em um total de aproximadamente 2.500 alunos, sendo crianças de 0 a 14 anos.³

A escola pesquisada no município A, será aqui chamada de escola 1, localiza-se no centro da cidade e recebe alunos de vários bairros, inclusive da zona rural. Atende do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, sendo que todas as modalidades de ensino (educação especial, educação de jovens e adultos e ensino profissional) utilizam o material do sistema privado.

O município firmou parceria para a compra do sistema de ensino privado no ano de 2006 e permanece até hoje com a parceria. O sistema privado foi comprado pela modalidade “pregão” – menor preço, que leva em conta custo e qualidade. A fonte de recurso utilizada pelo município para comprar o sistema advinha, até 2007, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Fundef, substituído naquele ano pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Fundeb⁴.

A justificativa da gestão do município para a compra do sistema foi a padronização de toda a Rede Municipal, para que todos os alunos tivessem a mesma oportunidade de acessar conhecimentos. Ainda, os depoimentos justificam a escolha tendo em vista a melhoria nos indicadores de qualidade da educação municipal. Segundo a gestão, por causa da parceria, hoje a Rede Municipal tem duas escolas com melhor IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira)⁵ do país.

A compra do sistema não implica só em material didático para a Rede Escolar do Município, a empresa privada também oferece assistência pedagógica on-line e presencial, avaliação do uso do material e do discente, material para o professor e formação docente à distância.

³O Ensino Fundamental, EF, é a etapa obrigatória da Educação Básica brasileira, com nove anos de duração. Em ambos os municípios, o EF é organizado em dois ciclos. O primeiro deles correspondendo aos cinco anos iniciais, EFI e o segundo ciclo, EFII abrangendo os quatro anos finais.

⁴FUNDEB “É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica”. (FNDE, 2007)

⁵ IDEB foi criado em 2007, pelo Ministério da Educação, para medir a qualidade de cada escola e cada rede de ensino do país. (INEP, 2007)

Ao assumir a responsabilidade pela formação continuada dos professores da Rede Municipal a empresa utiliza espaços de formação docente previstos em legislação, a HTPC (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo), um espaço para discussão e troca de experiências dos docentes na escola e que integra as horas atividades. Segundo o Plano de Carreira do Município

§ 1º - As horas atividades serão cumpridas na Escola e em local de livre escolha do professor, mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com seus pares em horário constante na proposta pedagógica da Escola e organizadas pela própria Unidade Escolar (CAJURU, 2007)

A empresa oferece formação à distância, ao mesmo tempo, para todos os municípios que atende. No caso pesquisado, a formação é oferecida em horário de trabalho, em uma unidade pólo que agrega professores de diferentes escolas, em 1 hora semanal. Os temas, datas e professores ministrantes das aulas, segundo verificou-se em documento fornecido pela instituição privada são apresentados aos docentes e variam desde “Prova Brasil e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): fundamentos, organização e objetivos” até “Alfabetização e Letramento”.

A legislação municipal informa que o horário designado como HTPC deve ser organizado pela própria escola. Todavia, verificamos que a administração pública transfere parcela importante do tempo destinado à formação docente à empresa privada. O sistema privado não ocupa todo o tempo de trabalho coletivo na escola, pois uma parte da jornada coletiva é cumprida pelos docentes nas unidades de ensino. Todavia, as possibilidades de discussão no âmbito da escola certamente ficam reduzidas.

Tal observação é um indicador relevante para considerarmos a relação com a empresa privada mais do que um contrato, mas uma verdadeira parceria, uma vez que os gestores públicos delegam responsabilidades tradicionalmente cabíveis ao setor público para o setor privado (BEZERRA, 2008).

As reflexões sobre a importância de a escola constituir-se como espaço de formação, com consequências para a qualidade do ensino oferecido, alertam-nos para o papel que pode ter a HTPC. Concordamos com Mendes, quando afirma que:

A HTPC traz como principal característica a valorização da escola como local de formação e o fortalecimento do coletivo como força motivadora de mudanças; entendemos este espaço coletivo como o *locus* privilegiado para a construção do trabalho docente, uma vez que possibilita aos docentes a troca de experiência, a contribuição mútua na construção de sua “pedagogia” e a construção das dimensões enunciadas por Nóvoa. (grifos da autora, MENDES, C. C. T. apud NÓVOA, 1992)

A observação de um dos horários de formação oferecidos pela empresa, atividade prevista como parte da coleta de dados, permitiu verificar que os docentes estavam pouco mobilizados pelo tema. A pesquisadora observou que as professoras presentes em uma das formações oferecidas pela instituição privada prestavam pouca atenção à videoconferência, conversando sobre outros assuntos enquanto ocorria a palestra ⁶.

Entrevistas realizadas com professoras da escola 1 e com a coordenadora da unidade indicaram que houve mudanças no material ou nos cursos de formação, mas estas ocorreram em todos os municípios atendidos pela empresa, não especificamente por demanda do município pesquisado.

3. Município B

O município B também no interior do Estado de São Paulo, possui cerca de 35 mil habitantes segundo o último censo do IBGE (2010).

A administração municipal, desde 2004 responde pela totalidade da oferta do ensino obrigatório, isto significa que as escolas públicas do município (sejam elas da administração do Estado de São Paulo ou da própria cidade) atendem à totalidade de crianças da Educação Básica (GARCIA, et al, 2009).

A rede de ensino do município conta com sete escolas de ensino pré-escolar e oito escolas de Ensino Fundamental. Este município adotou a parceria no ano de 2005 mediante processo de licitação pela modalidade “pregão”, da mesma forma que o município A, sendo que o contrato foi renovado durante os três anos seguintes (GARCIA, et al, 2009).

Como no caso do município A, os contratos firmados previam, além dos “kits” para os alunos de todos os anos do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, o “suporte pedagógico e acompanhamento dos professores na utilização do material didático, com visitas sistematizadas ao município, em número mínimo de 6 (seis) visitas anuais”, (CONTRATO MUNICIPAL, no 01/2005, p.1) e o oferecimento da graduação em pedagogia aos professores da rede que possuíam apenas a formação docente em cursos profissionalizantes no nível médio da Educação Básica.

⁶ Dado observado pela pesquisadora Mariana Carvalho Silva mediante participação em uma reunião de formação de professores oferecida pela empresa COC, no dia 13 de abril de 2011.

No ano de 2009, a equipe gestora que assumiu a administração da cidade optou pelo fim da parceria. Nas palavras da atual Secretária de Educação:

o único ponto negativo desta parceria era que o sistema era engessado, eles recebiam as apostilas e houve vários questionamentos dos professores, e eram professores sempre da rede em que deixava a desejar porque as escolas perderam um pouco da autonomia. Isso dá um desapontamento quando nós entramos aqui. E o Tribunal de Contas, ele questiona o atual Prefeito, questiona nós, os Secretários que por quê implantar um sistema desse e por quê não se respeita no que consta na LDB da autonomia pedagógica. (SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, 2010)

Apesar do discurso da Secretária acerca da ruptura com o NAME ter início indicando a insatisfação docente com o material, os sujeitos entrevistados da escola (diretora e quatro professores) marcaram a intervenção do Tribunal de Contas do Estado e a mudança da gestão municipal como principais motivos pelo término da parceria. Quando indagada sobre os motivos da ruptura, a diretora da escola esclarece que:

normalmente quando muda de gestão aqui, tudo muda. Então a mudança da apostila não foi surpresa pra ninguém, não pegou ninguém de... já se esperava que não ia ser renovado porque o convênio era para aquela gestão, então já se esperava que não fosse renovar. Mas foram feitas várias reuniões, pesquisas até com o pessoal do COC, de outros sistemas para ver o faria, se continuaria, se não continuaria. O Tribunal de Contas entrou na negociação porque a gente tava, tava sendo uma verba duplicada devido a já ter o material didático vindo do MEC, então foi um processo mais amplo aí, a burocracia falou mais alto. (DIRETORA, 2010)

As justificativas e depoimentos dos gestores em ambos os municípios tem em comum o fato de que as avaliações dos profissionais da escola não foram parte, tanto do processo de adoção do sistema (em ambos municípios) quanto de sua ruptura, no caso específico do município B.

A escola pesquisada no município B, aqui chamada de escola 2 atende cerca de 750 alunos nos períodos matutino e vespertino, com 17 turmas de 1º, 2º e 3º anos e 6 de 4º e 5º anos. Devido ao aumento no número de alunos no ano de 2009, as salas de 4º e 5º anos tiveram de ter aulas em uma outra escola da região, porém, continuando como pertencente à escola 2. Desta forma, todos os dias um ônibus leva essas crianças para a outra escola e as trás de volta no término do período escolar.

A escola 2 está inserida em uma das regiões mais pobres do município, atendendo, portanto, a uma população de baixo poder aquisitivo. A Secretária de Educação afirma que a instituição possui uma equipe de trabalho forte, que criou uma

relação de pertencimento com a escola, e nas palavras da própria Secretária, “ninguém quer sair de lá”.

3.1 Formação docente na escola

A respeito do início do trabalho com o material, os docentes e a diretora da instituição (que era também docente na época do uso do material) alegaram que a empresa ofereceu “formação” insuficiente para o trabalho com o sistema privado. Além dos poucos momentos destinados a essa formação, o uso do CD-ROM que continha informações de apoio se tornou difícil, visto que no primeiro ano de uso do material a escola possuía apenas um computador para docentes e eles poucos usufruíam deste recurso tecnológico em casa. Entretanto, apesar da formação não ter sido rigorosa, a avaliação do uso do material o era, de acordo com a diretora:

o dia que vinha lá o pessoal [do NAME], eles queriam saber, eles olhavam as apostilas das crianças. O pessoal do COC mesmo que faziam as visitas a cada final de bimestre, então vinham a equipe, eles tomavam a leitura dos alunos. (DIRETORA, 2010)

Na época da parceria, segundo os docentes e a direção da escola, a empresa pouco utilizava a HTPC, estava mais atuante nos momentos de planejamento do ano letivo, que por vezes foram realizados com palestrantes da equipe parceira.

Hoje, os espaços de formação docente de que participam os professores da escola 2 são variados. Além da HTPC o município conta com dois programas de educação continuada e um de formação inicial, sendo que nenhum destes ocorre no horário previsto para a HTPC. O projeto Pró-letramento do Ministério da Educação tem como foco os conteúdos de português e o de matemática com carga horária de 300 hs. Além de discussões acerca dos conteúdos, os docentes têm de realizar algumas atividades propostas no curso com seus alunos.

Outro projeto é o Letra e Vida que, idealizado pelo governo do Estado de São Paulo, tem como foco a “metodologia da alfabetização”, sendo desenvolvido em três horas semanais. Nele são realizadas leituras compartilhadas, discussões de textos e atividades que devem ser aplicadas em sala de aula, como ocorre no projeto Pró-letramento. Ambos os programas são abertos a todos os professores do Ensino Fundamental da rede e a participação do docente não é obrigatória.

No que tange a formação inicial, os professores contam com a Plataforma Paulo Freire, desenvolvida pelo Ministério da Educação. Este projeto disponibiliza cursos de

licenciatura aos professores das redes públicas de ensino na modalidade on-line gratuitamente.

Atualmente a HTPC ocupa duas horas semanais na jornada docente, em que se reúnem de acordo com a turma que lecionam. Analisando as atas das reuniões⁷ que aconteceram ao longo do primeiro semestre de 2011 na escola 2, observamos que apenas os temas discutidos aparecem, sem que sejam mencionadas as deliberações tomadas. Os principais objetos de discussões são o desenvolvimento dos projetos da escola e dos trabalhos da rede, problemas de aprendizagem dos alunos e estratégias para uma melhor classificação da instituição no IDEB.

Ainda acerca do que ficou na escola pesquisada após o fim da parceria, a Secretária Municipal de Educação e a Prefeitura alegam que a verba “economizada” foi investida na renovação da frota escolar, na resolução de problemas de infraestrutura das escolas, na reorganização dos laboratórios de informática e na aquisição das lousas digitais. De fato, na escola pesquisada todas as salas de aula contam com esse recurso.

Considerações Finais

Mediante entrevistas com professores e equipes gestoras, observação das reuniões de formação e análise de documentos nas duas escolas, constatamos que a empresa tem forte atuação na formação dos docentes no município A. Os professores não participam das decisões sobre os temas e dinâmicas do espaço de formação que a empresa ocupa.

Por outro lado, no município B mesmo depois de ter-se rompido a parceria, os docentes continuam a ter que se adaptar a programas sobre os quais não discutiram. A exemplo, temos a fala de uma docente da rede municipal:

Bom, o Letra e Vida não, o Letra e Vida... Eu digo assim, a mesma coisa é porque já vem outra coisa nova que a gente tem que se adaptar, adaptar o nosso trabalho, né?! Mas nós temos cursos, eu por exemplo, faço curso toda quinta feira para trabalhar com esse Letra e Vida. É bom, sabe, dá resultado. É do Estado, o Letra e Vida, mas foi implantado como o NAME, da mesma forma. Muda o governo, mudam os projetos. (PROFESSORA, 2011)

A professora, embora reconheça qualidade nos cursos que realiza, coloca-se como profissional que precisa adaptar-se a propostas interpretadas como externas, quer elas

⁷ A escola 2 organiza em um livro as Atas das reuniões de HTPC que ocorrem com os professores da instituição. Foram analisadas as Atas das 10 reuniões que ocorreram neste ano.

venham do setor privado ou da administração pública. O diferencial é que os programas de formação dos quais participam os docentes são públicos e não implicam gastos adicionais para a municipalidade. Além disso, os processos formativos não ocorrem durante os horários destinados à discussão do trabalho na escola. Conforme verificamos pelos documentos produzidos na escola 2, os horários coletivos previstos na jornada de trabalho docente parecem corresponder à preocupação de que o trabalho na escola seja objeto de discussão pelo coletivo. Todavia, somente o desdobramento do trabalho de campo permitirá conhecer as características de tal espaço na unidade pesquisada⁸

A ausência do sistema privado de ensino, por sua vez, não garante que as escolas exercitarão sua autonomia e terão suas práticas pautadas em métodos avançados de ensino, porém alertamos que, quando adquiridos esses sistemas, a tendência é de que haja menos espaços e condições para que ela ocorra. (GARCIA, et al., 2009). Conforme constatamos o tempo de discussão entre pares é reduzido e substituído por temas não selecionados pelos profissionais da administração pública.

A dinâmica implantada no tempo de trabalho coletivo, na perspectiva de uma educação de qualidade, não depende exclusivamente do estabelecimento formal de tempos para discussão, embora esta medida seja fundamental, mas de políticas cotidianamente ocupadas em promover e qualificar a discussão pedagógica nas escolas.

Retornando a concepção de Vitor Paro acerca do papel da escola, que é a “formação da personalidade humana”, o autor também alerta para a necessidade deste ser um espaço “que privilegie não apenas os aspectos técnicos, mas também a disseminação de uma visão transformadora de educação” (PARO, 2010). Tal disseminação requer orientações políticas por parte dos gestores e condições materiais para sua consecução.

Constatamos que a garantia da autonomia dentro da escola está intrinsecamente ligada ao trabalho coletivo, isto é, à atuação dos sujeitos nos processos de decisão, desenvolvimento e avaliação das políticas. Para nós, esta é a principal visão transformadora de educação que precisa ser fortalecida em nossas escolas. Finalmente, entendemos que os espaços de trabalho coletivo devem ser preservados e potencializados como espaços fundamentais de formação docente.

⁸ Como parte da coleta de dados prevê-se a observação sequencial de reuniões docentes na unidade pesquisada.

Referências

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R. ; ARELARO, L. R. G. **Sistemas apostilados e gestão privada da educação pública em São Paulo**. Educação e Sociedade, 2009.

BEZERRA, E. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?** Dissertação (Mestrado em Educação). UNESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.Htm>. Acesso em: 13 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Conselho Deliberativo. Resolução nº 3, de 4 de março de 1997. Brasília: FNDE, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 64/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Educação: FUNDEB**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **O que é IDEB?**. Disponível em <<http://portalideb.inep.gov.br/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em 14 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **FUNDEB**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336&id=180&option=com_content&view=article>. Acesso em: 10 mai. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Formação: Plataforma Paulo Freire**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13829:veja-passo-a-passo->>. Acesso em: 10 mai. 2011.

CAJURU. Lei complementar nº 031, de 09 de novembro de 2007. **“Institui o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério e dá outras providências”**. Disponível em <http://www.cajuru.sp.gov.br/leis_municipais/leis_25_03_11/Plano%20de%20Carreira.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2011.

CÂNDIDO, Antônio. **A estrutura da escola**. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice M. Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Nacional, 1964.

Comunicado **Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - s/n, de 29/1/2008**, DOE 30/01/08, Pág. 16. Ano XVIII nº 173 - abril de 2008.

Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Letra e Vida**. Disponível em: <<http://cenp.edunet.sp.gov.br/letravida/>>. Acesso em: 13 mai. 2011.

GARCIA, T. O. G. ; ADRIÃO, T. M. F. ; BORGHI, R. **A Nova Gestão Pública e o contexto educacional brasileiro.** In: Actas: II Congresso Internacional CIDInE- Novos contextos de formação, pesquisa e mediação. Aveiro: Fundação para a Ciência e Tecnologia- Ministério da Cultura e do Ensino Superior, 2009. v. 1.

GARCIA, T. ; ADRIÃO, T. ; BORGHI, R ; CORREA, B. C. **As parcerias público-privado para a compra de “sistemas de ensino”:** análise das consequências para a organização do trabalho na escola, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2011.

JARDINÓPOLIS. Lei nº 2128, 10 de fevereiro de 1998. **“Dispõe sobre a transformação da carga horária de professor municipal de 1º à 4º série, pré escola, em hora aula”.** Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

MENDES, C. C. T.. **HTPC: Hora de trabalho Perdido Coletivamente?** 2008. 113. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

PARO, Vitor H.. **Estrutura da escola e educação como prática democrática.** 2010. 180. Relatório de pesquisa – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p.107-128.

Entrevistas realizadas

COORDENADORA. Municipal. Entrevistadora: Mariana Carvalho Silva. Cajuru, 11 mai. 2011. Nas dependências da unidade escolar.

DIRETORA. Municipal. Entrevistadoras: Vanessa Purificação Garcia e Adriana Sina Telles. Jardinópolis, 23 nov. 2010. Nas dependências da unidade escolar.

PROFESSORA. Municipal. Entrevistadora: Mariana Carvalho Silva. Cajuru, 9 nov. 2010. Nas dependências da unidade escolar.

PROFESSORA. Municipal. Entrevistadora: Mariana Carvalho Silva. Cajuru, 9 nov. 2010. Nas dependências da unidade escolar.

PROFESSORA. Municipal. Entrevistadora: Vanessa Purificação Garcia. Jardinópolis, 31 mar. 2011. Nas dependências da unidade escolar.

PROFESSORA. Municipal. Entrevistadora: Vanessa Purificação Garcia. Jardinópolis, 31 mar. 2011. Nas dependências da unidade escolar.

PROFESSORA. Municipal. Entrevistadora: Vanessa Purificação Garcia. Jardinópolis, 31 mar. 2011. Nas dependências da unidade escolar.

PROFESSORA. Municipal. Entrevistadoras: Vanessa Purificação Garcia e Adriana Sina Telles. Jardinópolis, 5 abr. 2011. Nas dependências da unidade escolar.

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO. Municipal. Entrevistadoras: Teise de Oliveira Guaranha Garcia, Vanessa Purificação Garcia, Adriana Sina Telles. Jardinópolis, 13 out. 2010. Nas dependências da Secretaria Municipal de Educação.